



**CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**FELIPE GONDIM MELO**

**CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DAS  
PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO CONGRESSO USP – USP *INTERNATIONAL*  
*CONFERENCE IN ACCOUNTING* NO PERÍODO DE 2020 A 2021**

**FORTALEZA**

**2022**

FELIPE GONDIM MELO

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DAS  
PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO CONGRESSO USP – USP *INTERNATIONAL*  
*CONFERENCE IN ACCOUNTING* NO PERÍODO DE 2020 A 2021

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao curso de Ciências  
Contábeis do Centro Universitário  
Christus, como requisito parcial para  
obtenção do título de bacharel em Ciências  
Contábeis.

Orientadora: Profa. Ma. Tatiana Aquino  
Almeida.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Centro Universitário Christus - Unichristus  
Gerada automaticamente pelo Sistema de Elaboração de Ficha Catalográfica do  
Centro Universitário Christus - Unichristus, com dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M528c MELO, FELIPE GONDIM.  
CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO : UM  
ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO CONGRESSO  
USP – USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING NO  
PERÍODO DE 2020 A 2021 / FELIPE GONDIM MELO. - 2022.  
48 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro  
Universitário Christus - Unichristus, Curso de Ciências Contábeis,  
Fortaleza, 2022.

Orientação: Profa. Ma. TATIANA AQUINO ALMEIDA.

1. Contabilidade Pública. 2. Bibliometria. 3. Produção científica.  
I. Título.

CDD 657

FELIPE GONDIM MELO

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DAS  
PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO CONGRESSO USP – USP *INTERNATIONAL*  
*CONFERENCE IN ACCOUNTING* NO PERÍODO DE 2020 A 2021

TCC apresentado ao curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Christus, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Ma. Tatiana Aquino Almeida

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Tatiana Aquino Almeida  
Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

---

Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Monica Barreto de Sá Estite  
Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

---

Prof. Me. Moacir José Barreira Danziato  
Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

A Deus e às minhas mães, Eliane Pires  
Gondim e Francisca Pires Gondim, por  
todo o amor dedicado a mim.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, em primeiro lugar.

À minha mãe, Eliane Pires Gondim, por sempre ter me amado incondicionalmente e sempre ter acreditado em mim.

À minha amada avó, Francisca Pires Gondim, que deixa saudades há 13 anos em minha família.

À minha namorada e futura esposa, Ana Cecilia Amaral Falcão, por ser a luz da minha vida e por retribuir todo o meu amor.

À minha tia madrinha, Jane Mary Gondim de Souza, por sempre ter me apoiado em tudo.

Por fim, a todos os envolvidos na construção desse trabalho.

## RESUMO

A ciência contábil é aplicada tanto a organizações privadas quanto públicas, entretanto de maneiras diferentes, cada uma com suas peculiaridades. O foco do presente trabalho será no estudo bibliométrico no âmbito contabilidade aplicada ao setor público, de forma a explicar a extensão da produção científica sobre este tema nos últimos dois anos. Os objetivos da presente obra é investigar as características dos artigos científicos no Congresso USP – *USP International Conference in Accounting* sobre contabilidade aplicada ao setor público no período de 2020 a 2021. Para isso, foi utilizada, quanto aos objetivos, uma pesquisa descritiva; quanto aos procedimentos, uma pesquisa bibliográfica; e quanto à natureza, uma pesquisa qualitativa, interpretando os resultados obtidos por meio da inferência, que é um tipo de interpretação controlada. Constatou-se a relevância do estudo bibliométrico, pois se visualiza todo o panorama de estudos realizados dentro de uma temática específica, a tendência de abordagens dos autores e as características gerais das publicações, sendo aprofundar a produção científica nas diversas áreas ligadas à contabilidade aplicada ao setor público.

**Palavras-chave:** Contabilidade Pública. Bibliometria. Produção científica.

## **ABSTRACT**

Accounting science is applied to both private and public organizations, however in different ways, each with its peculiarities. The focus of the present work will be on the bibliometric study in the field of accounting applied to the public sector, in order to explain the extent of scientific production on this topic in the last two years. The objectives of this work is to investigate the characteristics of scientific articles in the USP Congress - USP International Conference in Accounting on accounting applied to the public sector in the period from 2020 to 2021. For this purpose, a descriptive research was used; as for the procedures, a bibliographical research; and as for the nature, a qualitative research, interpreting the results obtained through inference, which is a type of controlled interpretation. The relevance of the bibliometric study was verified, as it visualizes the whole panorama of studies carried out within a specific theme, the tendency of the authors' approaches and the general characteristics of the publications, being to deepen the scientific production in the various areas related to accounting applied to the Public sector.

**Keywords:** Public Accounting. Bibliometrics. Scientific production.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Contabilidade aplicada ao setor público</b> .....	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>Evolução da contabilidade aplicada ao setor público no Brasil</b> .....	<b>14</b>
<b>2.3</b>	<b>Escrituração contábil</b> .....	<b>16</b>
2.3.1	Transações contábeis .....	17
2.3.2	Plano de contas aplicado ao setor público .....	18
2.3.3	Regimes contábeis .....	21
<b>2.4</b>	<b>Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público</b> .....	<b>22</b>
<b>2.5</b>	<b>Bibliometria</b> .....	<b>23</b>
<b>3</b>	<b>MÉTODO DE PESQUISA</b> .....	<b>27</b>
<b>3.1</b>	<b>Tipologia da pesquisa</b> .....	<b>27</b>
<b>3.2</b>	<b>Amostra de pesquisa</b> .....	<b>28</b>
<b>3.3</b>	<b>Coleta e tratamento dos dados</b> .....	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>31</b>
<b>4.1</b>	<b>Perfil dos autores</b> .....	<b>31</b>
<b>4.2</b>	<b>Aspectos metodológicos</b> .....	<b>35</b>
<b>4.3</b>	<b>Temáticas pesquisadas</b> .....	<b>41</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>44</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A ciência contábil é aplicada tanto a organizações privadas quanto públicas, entretanto de maneiras diferentes, cada uma com suas peculiaridades. O foco do presente trabalho será no estudo bibliométrico no âmbito contabilidade aplicada ao setor público, de forma a explicar a extensão da produção científica sobre este tema nos últimos dois anos, visto que é um tema extremamente relevante para os profissionais da área, acadêmicos, pesquisadores e a sociedade como um todo, a qual exerce o controle social sobre as instituições obrigadas a aplicar a contabilidade pública.

Segundo Pacelli (2021), a contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil que aplica os princípios e normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público, de maneira a gerar informações úteis aos usuários. Assim, a contabilidade pública pode ser compreendida como uma ciência informacional, dado que fornece aos interessados subsídios para a tomada de decisão.

Pacelli (2021) aponta como ponto relevante para o estudo da contabilidade pública é conhecer o seu campo de aplicação, ou seja, quais entidades estão sujeitas obrigatoriamente a elaborar e divulgar os Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais (RCPG). Existem duas entidades regulamentadoras que normatizam as regras da contabilidade aplicada ao setor público: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através das Normas Brasileiras Contábeis Técnicas (NBCT); e Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Tanto o CFC quanto a STN entendem que os governos federal, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos poderes, tribunais de contas e ministério público, assim como os órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo poder público estão necessariamente obrigados a aplicar as normas de contabilidade pública. Além desses, pode-se citar ainda os consórcios públicos e as empresas estatais dependentes como sendo obrigados a aplicar essas normas (PACELLI, 2021).

Entretanto, existem entidades que possuem caráter público, porém não estão obrigadas às regras supracitadas, a exemplo das empresas estatais

independentes (Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Petrobrás etc.), portanto não fazem parte do objeto de estudo a que se propõe o presente trabalho.

Outro ponto relevante é destacar que há entidades diferenciadas, como os serviços sociais autônomos e conselhos profissionais (Conselho Regional de Contabilidade (CRC), Conselho Regional de Medicina (CRM) etc.). Estes são vinculados a seguir a Estrutura Conceitual do CFC – conforme entendimento desta entidade –, porém lhes é facultado o uso das regras do MCASP, de acordo com o entendimento da STN. Já os serviços sociais autônomos anteriormente eram facultados a seguir as regras do CFC e da STN, contudo, com o advento dos acórdãos 991/2019 e 1.567/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU), passaram a ser obrigados a seguir ambas as regras (PACELLI, 2021). Dessa forma, conhecendo o campo de aplicação da contabilidade pública, é possível direcionar o estudo bibliométrico ao qual o autor se propõe a realizar.

De acordo com Fabre e Bonfante (2017, p. 2), “os estudos bibliométricos auxiliam os pesquisadores no direcionamento dos temas e das escolhas de suas referências”. Por conseguinte, uma pesquisa mais rebuscada demanda primeiramente um levantamento das produções científicas na área estudada.

Os trabalhos acadêmicos oriundos de cursos de pós-graduação – *lato sensu* ou *stricto sensu* – dão origem a obras qualificadas, os quais evidenciam a essência dos resultados encontrados e refletem sua evolução, já que abrangem um vasto referencial teórico. Assim, por serem publicados mais rapidamente, os artigos científicos trazem informações mais atualizadas, além de apresentar um embasamento teórico sobre o objeto de estudo (FABRE; BONFANTE, 2017).

Para acessar tais trabalhos acadêmicos e artigos científicos, é primordial coletá-los em uma base confiável, ou seja, em periódicos conceituados que armazenam as publicações científicas, as quais representam um importante referencial teórico, visto que nessas pesquisas são abordados temas relevantes do contexto nacional e internacional.

Então, segundo Fabre e Bonfante (2017), a contabilidade traz abordagens atuais que estimulam a iniciação científica dos estudantes, promovendo a comunicação científica por meio desses eventos desenvolvidos nas comunidades acadêmicas das universidades.

Diante da realidade da escassez de produções científicas, outros pesquisadores vêm intensificando estudos buscando analisar como estão sendo

elaboradas e disseminadas essas pesquisas científicas na área da contabilidade, resultando, pois, nos chamados estudos bibliométricos. Contudo, nota-se ainda uma tendência maior para os estudos bibliométricos na área contábil voltados à contabilidade privada, majoritariamente (ROZA; MACHADO; QUINTANA, 2011).

Dessa forma, o presente trabalho justifica-se por buscar contribuir com a academia para o aumento de obras que realizem pesquisas bibliométricas sobre a contabilidade pública, apresentando novas perspectivas do assunto e atualizando para os anos mais recentes como estão tais estudo, tendo em vista a extrema relevância do tema para a sociedade, auxiliando, assim, futuros pesquisadores e cidadãos que necessitam compreender do assunto para exercer seu papel no controle social sobre as entidades obrigadas ao cumprimento das regras aplicadas ao setor público, compreensão esta que se dá através de estudos científicos que podem atestar a validade das informações.

Com isso, pode-se então levantar o seguinte problema de pesquisa: Quais as características das produções científicas no Congresso USP – *USP International Conference in Accounting* sobre contabilidade aplicada ao setor público no período de 2020 a 2021?

Baseado nesta questão, o objetivo geral da presente obra é investigar as características dos artigos científicos no Congresso USP – *USP International Conference in Accounting* sobre contabilidade aplicada ao setor público no período de 2020 a 2021, o qual se desdobra nos seguintes objetivos específicos: i) traçar o perfil dos autores que publicaram pesquisas na área de contabilidade aplicada ao setor público no *USP International Conference in Accounting*; ii) identificar os principais aspectos metodológicos dos artigos voltados à contabilidade pública, presentes no congresso; e iii) identificar as temáticas relacionadas à contabilidade aplicada ao setor público de maior incidência no período pesquisado.

Este estudo é de grande contributo para a comunidade acadêmica quando explana o perfil dos autores e metodologias mais estudadas junto à pesquisa na área da contabilidade aplicada ao setor público. Os resultados encontrados contribuem para o conhecimento sobre quais temáticas são mais discutidas nessa área de estudo. Entende-se que a realização da avaliação bibliométrico nesse período é relevante, pois é contributo para a literatura acadêmica.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: nesta seção é apresentada a contextualização do tema, o problema de pesquisa e seus objetivos gerais e

específicos. Na segunda seção, serão elencados os títulos referentes à revisão de literatura, a qual trará os referenciais teóricos que embasarão esta pesquisa científica. Na terceira seção, a metodologia de pesquisa, na qual constarão as técnicas utilizadas para concretização do trabalho proposto. A quarta seção faz alusão à análise de resultados, que demonstrará as conquistas obtidas com o estudo bibliométrico; e, por fim, a última seção exporá as considerações finais, que evidenciará o alcance dos objetivos propostos e a resposta ao problema de pesquisa.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Nesta seção, serão abordados os temas pertinentes ao desenvolvimento deste trabalho, de modo a embasar os resultados e destacar os principais pontos relacionados à contabilidade aplicada ao setor público e ao estudo bibliométrico.

### **2.1 Contabilidade aplicada ao setor público**

Também conhecida como contabilidade governamental, a Contabilidade Pública, conforme Pacelli (2021), está inserida no campo da ciência contábil, podendo ser percebida como uma ramificação desta. Para Roza, Machado e Quintana (2011), essa seção da contabilidade é extremamente complexa, uma vez que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e a execução da Fazenda Pública, o patrimônio público e suas variações.

Roza, Machado e Quintana (2011) também explicam que a Contabilidade Pública é tida como uma ferramenta que possibilita registro, análise e controle dos variados procedimentos ocorridos na administração pública. Segundo os autores, a Contabilidade Pública possui relevante papel para a sociedade, tendo em vista que permite informar como os recursos arrecadados são investidos e aplicados, além da própria relevância ao administrador público, que possui informações relevantes para auxílio em sua tomada de decisão.

Assim, na subseção a seguir destaca-se a evolução da contabilidade aplicada ao setor público no Brasil, embasando as demais subseções para compreensão da temática de maneira holística.

### **2.2 Evolução da contabilidade aplicada ao setor público no Brasil**

A Contabilidade Pública no Brasil nasceu em 1808 com a chegada da família real portuguesa, a qual se refugiou por conta do bloqueio continental imposto por Napoleão Bonaparte. Dom João VI, por intermédio de um alvará com força de lei, referendado a Dom Fernando José de Portugal – ministro e secretário dos negócios do Brasil e da Fazenda – que, na época, criou o Erário Régio e instituiu o Conselho da Fazenda, orientando a administração real, bem como o estabelecimento de normas

reguladoras da escrituração da contabilidade desse erário (ROZA; MACHADO; QUINTANA, 2011).

Com a Proclamação da República, em 1889, houve a necessidade de maior controle dos recursos públicos. Assim, em 1922, foi aprovado no Brasil, o Código de Contabilidade da União; e, após, em 1940, por meio do Decreto-Lei nº 2.416, foi regulamentado um modelo padrão de elaboração e de execução dos orçamentos e balanços dos Estados e Municípios. Tais normas foram substituídas, posteriormente, em 1964, pela Lei nº 4.320, de 17 de março, que vigora até os dias atuais (GIACOMONI, 2021).

Dessa forma, na atualidade, as regras de contabilidade pública no Brasil são definidas, majoritariamente, pela Lei nº 4.320/64, que disciplina as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços de todos os entes federativos (PACELLI, 2021).

Em 25 de fevereiro de 1967, foi expedido o Decreto-Lei nº 200, que regulamentou a organização da Administração Federal. Esse Decreto instituiu, nos ministérios e órgãos da Presidência da República, a Inspeção Geral de Finanças, com a finalidade de zelar pela administração financeira, pela contabilidade e, também, pela auditoria dessas instituições governamentais. Assim como a Lei nº 4.320/64, o Decreto-Lei nº 200/67, encontra-se em vigor até os dias atuais (GIACOMONI, 2021).

Giacomoni (2021) destaca outro fato marcante na história da contabilidade pública foi o advento da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), promulgada do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Essa lei estabelece normas de finanças públicas em prol da responsabilidade e transparência na gestão fiscal, por meio de atos em que se previnam riscos e retifiquem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Percebe-se que a contabilidade pública brasileira vem evoluindo no decorrer dos anos, modernizando-se e adequando-se às necessidades exigidas pelo setor público. Outro mecanismo, conforme Fabre e Bonfante (2017), que veio agregar na evolução da contabilidade aplicada ao setor público, foi a criação do Comitê Gestor da Convergência no Brasil, de forma a ditar normas sobre os princípios de contabilidade sob a ótica do setor público.

O Ministério da Fazenda, em 2008, editou uma portaria que determinou a adoção de medidas para a promoção da convergência das Normas Brasileiras de

Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) com as normas aplicadas no âmbito internacional. Para Roza, Machado e Quintana (2011, p. 4), em uma visão geral, “[...] as NBC TSP são um instrumento que trabalha para elevar a eficácia e eficiência das Leis, tendo como fim a promoção do planejamento, da transparência e da responsabilidade da gerência fiscal”.

Nota-se, portanto, com esse breve resumo da evolução da contabilidade pública no Brasil, que ocorreram fortes mudanças nas últimas décadas, as quais contribuíram para o progresso da área pública, no que tange principalmente ao tratamento contábil. Diante disso, faz-se necessário entender uma das partes mais relevantes da contabilidade pública, isto é, a escrituração contábil e seus desdobramentos: transações contábeis, regimes contábeis, plano de contas aplicado ao setor público (PCASP).

### **2.3 Escrituração contábil**

As Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade aplicadas ao setor público (NBC T 16) foram publicadas em 2008, introduzindo a estrutura de subsistemas, pois anteriormente a essa norma existiam quatro sistemas, a saber: patrimonial, orçamentário, financeiro e compensação. A partir de janeiro de 2009, passaram a existir, então, cinco subsistemas: patrimonial, financeiro, orçamentário, compensação e custos (GIACOMONI, 2021).

Conforme Pacelli (2021), durante o período de 2009 e 2014, houve um período de transição no qual os entes federativos foram se adaptando e migrando de sistemas para subsistemas. Entretanto, em 2016 o CFC revogou a NBC T 16 e publicou a estrutura conceitual tratando de subsistemas. Já o MCASP, que traz a visão da STN, substituiu os subsistemas pelas naturezas das contas. O Quadro 1 mostra os principais eventos relacionados à natureza das contas:



Quadro 1 - Natureza das contas e eventos relacionados

Natureza	Exemplos
<b>Patrimonial</b>	Trata das movimentações nas contas caixa, banco conta movimento, aplicações financeiras; fatos financeiros relacionados à arrecadação de receitas, ao recebimento de recursos por cota, repasse ou sub-repasse etc.; fatos não financeiros relacionados a movimentação das contas relacionadas a bens móveis e imóveis, estoques etc.
<b>Orçamentária</b>	Trata da previsão da receita, fixação da despesa, abertura de créditos adicionais, empenho, liquidação e pagamento de despesas; controle da inscrição e execução dos restos a pagar etc.
<b>Controle</b>	Trata movimentações das contas contratos, convênios, avais, fianças, garantias, responsabilidade por suprimentos de fundos; controle da disponibilidade de recursos, cujos registros contábeis ocorram na arrecadação de receitas, empenho, liquidação e pagamento de despesas etc.

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Pacelli (2021, p. 389).

A sistemática utilizada na atualidade, portanto, tende para a visão da STN, acima demonstrada.

### 2.3.1 Transações contábeis

A conceituação de transações no setor público pode ser entendida como “os atos e fatos que promovem alterações qualitativas e quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio das entidades do setor público, as quais são objeto de registro contábil” (PACELLI, 2021, p. 415).

De acordo com Araujo e Arruda (2020), as transações no setor público podem ser classificadas nas seguintes naturezas:

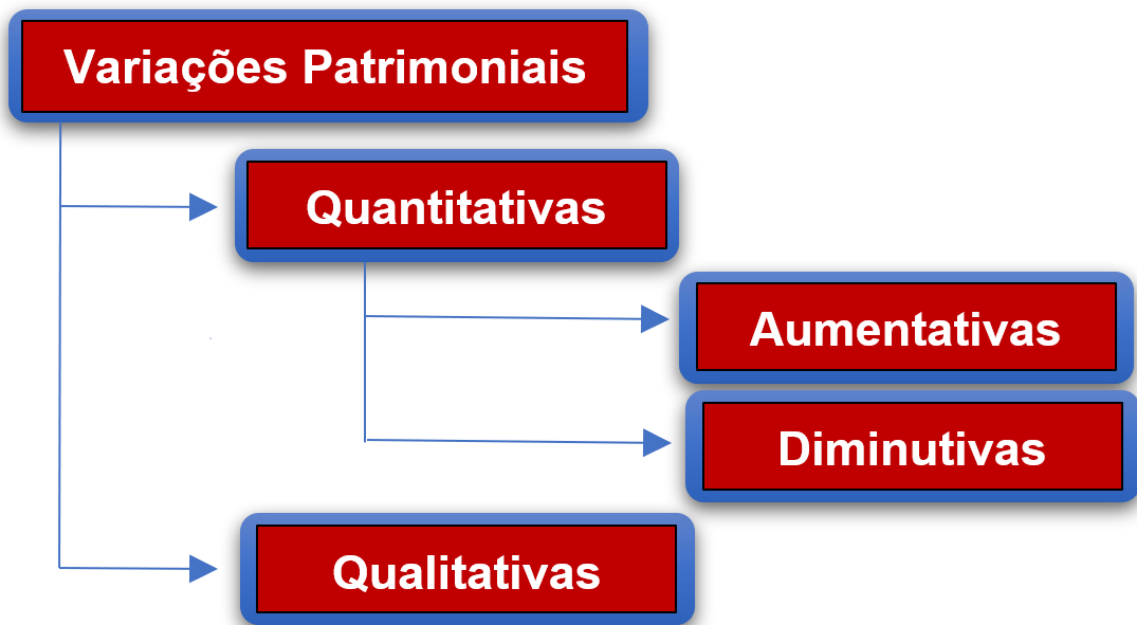
- a) Econômico-financeira: corresponde às transações originadas de fatos que afetam o patrimônio público, podendo ou não ser em decorrência da execução orçamentária, provocando alterações quantitativas ou qualitativas, efetivas ou potenciais;
- b) Administrativa: corresponde às transações que não afetam o patrimônio público, originadas de atos administrativos, objetivando dar cumprimento às metas programadas e manter em funcionamento as atividades do ente.

As transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o resultado, são conhecidas como variações patrimoniais, as quais são divididas em dois tipos, conforme Giacomoni (2021):

- a) Variações quantitativas: aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido (PL);
- b) Variações qualitativas: aquelas decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o PL.

A Figura 1 mostra a subdivisão das variações patrimoniais:

Figura 1 - Subdivisão das variações patrimoniais



Fonte: Adaptado pelo autor com base em Pacelli (2021, p. 417).

Dessa forma, infere-se que as variações patrimoniais são transações econômico-financeiras, ou seja, decorrem de fatos. Já as transações administrativas, decorrem de atos, não afetando o patrimônio público. Então, faz-se necessário a seguir compreender o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) para compreensão do registro dessas transações.

### 2.3.2 Plano de contas aplicado ao setor público

O PCASP é a estrutura básica da escrituração contábil, composta por uma relação padronizada de contas contábeis, a qual permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis, conforme as necessidades de informações dos usuários (GIACOMONI, 2021).

De acordo com Araujo e Arruda (2020), o PCASP alinha-se à finalidade da ciência contábil de fornecimento de informações úteis aos usuários, por meio da padronização da forma de registro contábil. Dentre os objetivos do PCASP, pode-se destacar:

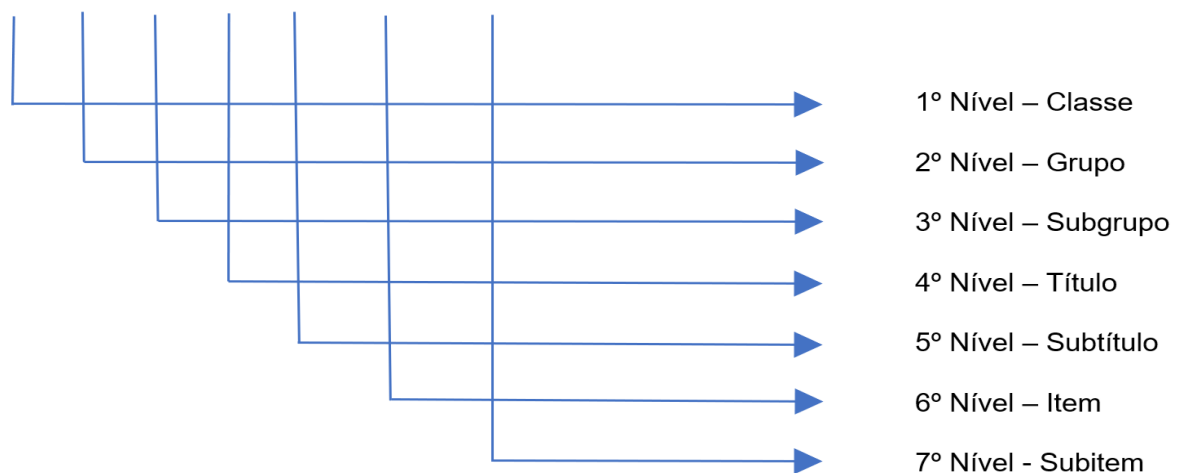
- a) Padronizar os registros contábeis das entidades do setor público;
- b) Distinguir registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle;
- c) Permitir a consolidação nacional das contas públicas;
- d) Contribuir para a transparência da gestão fiscal e para o controle social;
- e) Contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público.

Giacomoni (2021) ressalta que a STN, com o apoio do Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis, é a responsável pela administração do PCASP até a implantação do Conselho de Gestão Fiscal, instituído pela LRF.

As contas contábeis na estrutura do PCASP são a expressão qualitativa e quantitativa de fatos de mesma natureza, evidenciando a composição, variação e estado do patrimônio, assim como de bens, direitos, obrigações e situações nele não compreendidas, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo (ARAUJO; ARRUDA, 2020). Assim, as contas do PCASP estão estruturadas por níveis de desdobramento, sendo estes classificados e codificados conforme a Figura 2 abaixo:

Figura 2 - Níveis de desdobramento das contas

X . X . X . X . X . XX . XX



Fonte: Adaptado pelo autor com base em Pacelli (2021, p. 479).

Conforme Fabre e Bonfante (2017), o 1º nível das contas do PCASP está dividido em oito classes:

- a) Ativo;
- b) Passivo e Patrimônio Líquido;
- c) Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD);
- d) Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA);
- e) Controle da Aprovação do Planejamento e Orçamento (CAPO);
- f) Controle da Execução do Planejamento e Orçamento (CEPO);
- g) Controle de Devedores;
- h) Controle de Credores.

A Quadro 2 mostra a relação entre as classes e as naturezas de informações, destacando exemplos do 2º nível do PCASP (Grupo):

Quadro 2 - Relação de classes e naturezas das informações

CONTAS DEVEDORAS	CONTAS CREDORAS
<b>NATUREZA PATRIMONIAL</b>	
<b>1 – Ativo</b> 1.1 Ativo Circulante 1.2 Ativo Não Circulante	<b>2 – Passivo</b> 2.1 Passivo Circulante 2.2 Passivo Não Circulante 2.3 Patrimônio Líquido
<b>3 – VPD</b> 3.1 Pessoal e encargos 3.2 Benefícios previdenciários ...	<b>4 – VPA</b> 4.1 Impostos, taxas e contribuições de melhoria 4.2 Contribuições ...
<b>NATUREZA ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>5 – CAPO</b> 5.1 Planejamento aprovado 5.2 Orçamento aprovado 5.3 Inscrição de restos a pagar	<b>6 – CEPO</b> 6.1 Execução do planejamento 6.2 Execução do orçamento 6.3 Execução de restos a pagar
<b>NATUREZA DE CONTROLE</b>	
<b>7 – Controle de Devedores</b> 7.1 Atos potenciais ...	<b>8 – Controle de Credores</b> 8.1 Execução dos atos potenciais ...

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Pacelli (2021, p. 480).

Os registros contábeis devem ser realizados pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação, seja patrimonial, orçamentária ou de controle. Portanto, os lançamentos deverão ocorrer dentro das classes 1, 2, 3 e 4, ou dentro das classes 5 e 6, ou dentro das classes 7 e 8 (ROZA; MACHADO; QUINTANA, 2011).

Assim, após a compreensão do funcionamento do PCASP, é imprescindível conhecer os regimes contábeis utilizados para o registro dos atos e fatos contábeis.

### 2.3.3 Regimes contábeis

Segundo Giacconi (2021), na contabilidade existem dois regimes, a saber: caixa e competência. Pelo regime de caixa, a receita é reconhecida quando o valor financeiro entra no caixa, e a despesa é reconhecida quando o valor financeiro sai do caixa. Já pelo regime de competência, a receita é reconhecida quando ocorre a VPA e a despesa é reconhecida quando ocorre a VPD.

Pacelli (2021) afirma que, na contabilidade pública, aplica-se os regimes contábeis de acordo com dois enfoques:

- a) Enfoque orçamentário: o regime contábil aplicado é o misto. O regime misto decorre do fato de as receitas serem reconhecidas quando da arrecadação e as despesas serem reconhecidas quando legalmente empenhadas;
- b) Enfoque patrimonial: o regime contábil aplicado é o de competência, ou seja, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente quando ocorrerem, pelos respectivos fatos geradores, independentemente do momento da execução orçamentária.

A adoção do regime misto, no enfoque orçamentário, possui fundamento na Lei nº 4.320 de 1964, em seu art. 35:

Art. 35 Pertencem ao exercício financeiro:  
I – as receitas nele arrecadadas  
II – as despesas nele legalmente empenhadas  
(BRASIL, 1964, Art. 35).

A LRF também fundamenta, em seu art. 50, a adoção do regime misto, no enfoque orçamentário:

Art. 50 Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:  
[...] II – a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;  
(BRASIL, 2000, Art. 50).

Dessa forma, o regime patrimonial não torna sem efeito o regime orçamentário, devendo-se realizar o reconhecimento das variações patrimoniais no momento do fato gerador, bem como o reconhecimento e registro usual das receitas e despesas orçamentárias. A seguir, tem-se o estudo das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

## 2.4 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público

As demonstrações contábeis, que correspondem aos relatórios contábeis de propósito geral (RCPG), destinam-se a satisfazer as necessidades de informação de usuários que não se encontram em condições de exigir relatórios elaborados para atender às suas necessidades específicas. Os usuários são diversos interessados, como parlamentares, contribuintes, credores, fornecedores, dentre outros (ARAUJO; ARRUDA, 2020).

Na contabilidade pública, tradicionalmente, existiam quatro demonstrações contábeis, conforme a Lei nº 4.320, de 1964:

- a) Balanço patrimonial;
- b) Balanço orçamentário;
- c) Balanço financeiro;
- d) Demonstração das variações patrimoniais (DVP).

Ao longo dos anos, foram sendo realizadas algumas alterações no que tange às demonstrações contábeis, tanto pelo CFC quanto pela STN. As entidades são ainda incentivadas a apresentar informações adicionais para auxiliar os usuários na avaliação do desempenho e na gestão dos seus bens, assim como dar suporte à tomada de decisão, podendo tais informações adicionais incluírem detalhes sobre os produtos e resultados da entidade sob a forma de indicadores de desempenho, demonstrativos de desempenho dos serviços prestados, revisões de programas, dentre outros (PACELLI, 2021).

O Quadro 3 mostra a evolução das alterações sofridas pelos RCPG:

Quadro 3 – Evolução das alterações dos principais RCPG

RCPG	A demonstração contábil está nos termos do MCASP em convergência com a Estrutura Conceitual?	Existia originalmente na Lei 4.320/64?	Enfoque e regime	Aspecto
Balço Orçamentário	SIM	SIM	Orçamentário: misto	Orçamentário
Balço Financeiro	SIM	SIM	Orçamentário: misto	Orçamentário
Balço Patrimonial	SIM	SIM	Patrimonial: competência	Patrimonial
DVP	SIM	SIM	Patrimonial: competência	Patrimonial
DFC	SIM	NÃO	Caixa	Não se aplica
DMPL	SIM	NÃO	Patrimonial: competência	Patrimonial
Notas Explicativas	NÃO	NÃO	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Pacelli (2021, p. 758).

Giacomoni (2021) complementa que a correta divulgação das demonstrações contábeis, em conformidade com as normas, é essencial para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*), afetando a avaliação dos usuários e suas tomadas de decisão.

Na medida em que se evidenciou os conteúdos relevantes acerca da contabilidade aplicada ao setor público nesta e nas subseções anteriores, pode-se então iniciar a compreensão do campo de estudo utilizado para consecução dos objetivos geral e específicos deste trabalho, ou seja, a bibliometria.

## 2.5 Bibliometria

De acordo com Rodrigues *et al.* (2020, p. 4), o estudo bibliométrico “existe desde 1829 na Rússia e a primeira pesquisa que se utilizou desta técnica foi publicada em 1917, por Cole e Eales, que realizaram um estudo das publicações compreendidas entre 1550 e 1860”.

Pode-se verificar que “o termo bibliometria, por sua vez, significa a aplicação de termos da matemática e métodos estatísticos para se analisar como está o desenvolvimento científico de determinada área do conhecimento” (SILVA *et al.*, 2016, p. 3). Então, Liparini e Baldissera (2019) apontam que o modelo de pesquisa bibliométrica não foca apenas a mensuração, mas também no entendimento da

contextualização da produção e de seus autores, estabelecendo uma parceria entre as abordagens teóricas e técnicas bibliométricas.

Segundo Liparini e Baldissera (2019), a bibliometria é um campo que fornece informações para aplicações de métodos científicos e matemáticos, abrangendo várias áreas como a biblioteconomia e a tecnologia da informação, tendo se consolidado após a década de 1990 com o avanço da tecnologia, o que gerou uma facilidade em criar mapas de conhecimentos que, atualmente, são de extrema importância em diversas áreas.

De acordo com os estudiosos, “a bibliometria é uma técnica estatística e quantitativa com o objetivo de apresentar índices de produção e de disseminação do conhecimento científico” (SILVA *et al.*, 2016, p. 6 apud PRITCHARD, 1969).

Com o crescimento da ciência contábil no Brasil, por meio do empenho de pesquisadores que buscam analisar e descobrir os problemas e fenômenos desta ciência, a bibliometria é um instrumento que reflete estes avanços, auxiliando na melhor compreensão da produção científica em contabilidade no Brasil (FABRE; BONFANTE, 2017). De acordo com Giacomoni (2021), existe atualmente um interesse cada vez maior acerca dos temas relacionados à contabilidade aplicada ao setor público, tendo em vista a evolução da Administração Pública no sentido de elevar a transparência e o controle da arrecadação e dos gastos públicos. Nesse sentido, torna-se oportuna a análise de como os estudos mais recentes têm tratado a evolução da pesquisa sobre essa temática.

A produção dos trabalhos bibliométricos de publicações sobre contabilidade têm sido desenvolvidos e vistos no âmbito nacional, sendo os cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu os maiores responsáveis pela pesquisa contábil. A partir destas pesquisas, são gerados artigos que contribuem significativamente para a evolução do conhecimento científico, demonstrando os aspectos relevantes de algumas publicações, e ainda proporcionando uma melhor compreensão do que já foi realizado na área contábil, no tocante aos estudos bibliométricos e aos temas da contabilidade aplicada ao setor público (ROZA; MACHADO; QUINTANA, 2011).

Marcuz Junior *et al.* (2020) explicam que a propagação da bibliometria no Brasil tem como grande marco a década de 1970. De acordo com os autores, tal período é marcado pelos estudos realizados no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), o qual passou a ser conhecido como Instituto Brasileiro de



Informação Científica e Tecnológica (IBICT). Sendo originalmente conhecida como “bibliografia estatística”, a bibliometria se voltava para a quantificação de edições e exemplares de livros, número de palavras dos mesmos, espaço físico ocupado nas bibliotecas, dentre outros aspectos (MARCUZ JUNIOR *et al.*, 2020).

De acordo com Sobreira *et al.* (2020), com o objetivo de viabilizar a análise da evolução de determinada área de conhecimento, é primordial que ocorra a divulgação das pesquisas realizadas, tendo em vista que é apenas após a publicação da pesquisa nas plataformas formais de educação científica que seu resultado ganha relevância, sendo este o requisito básico para a disseminação e a evolução do conhecimento. Nessa perspectiva, a bibliometria é um dos métodos mais utilizados para a análise da produção científica, principalmente visando à obtenção de indicadores das diversas áreas de conhecimento na qual é aplicada.

De acordo com Liparini e Baldissera (2019), a bibliometria possui princípios os quais são definidos como leis, como a lei de Bradford, a lei de Zipf e a lei de Lotka. A lei de Bradford é conhecida como lei de dispersão, pois ela permite, por meio da produção científica das revistas, filtrar um determinado assunto em um mesmo conjunto, sendo possível estimar o grau de importância em cada área do conhecimento. Já a lei de Zipf, conforme exposto pelo autor, considera que o tema central e a profundidade de discussão de cada assunto são reflexo das palavras que mais se repetem. Por fim, a lei de Lotka estabelece a premissa de que há um pequeno número de autores altamente produtivos sobre um assunto, em contrapartida a uma maioria de autores menos produtivos neste mesmo assunto (LIPARINI; BALDISSERA, 2019).

O Quadro 4 resume a definição das três leis bibliométricas para melhor visualização:

Quadro 4 – Resumo das leis bibliométricas

LEIS	DEFINIÇÃO
Lotka	Evidencia a produtividade (e citações) de autores por meio de um modelo de distribuição de tamanho-frequência em um conjunto de publicações.
Bradford	Mensura o nível de atração dos periódicos sobre determinado tema.
Zipf	Mensura a qualidade de ocorrências das palavras de vários textos, gerando uma lista de termos de uma determinada temática, sendo utilizada para observar qual tema científico é tratado nos artigos.

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Rodrigues *et al.* (2020).

A bibliometria, portanto, utiliza tais leis como medidas que tornam possível apresentar quantitativamente as características de um conjunto de trabalhos analisados e, assim, as possíveis ligações entre essas características. (LIPARINI; BALDISSERA, 2019).

No âmbito da contabilidade, os estudos, que visam a analisar a maneira como estão sendo elaboradas e disseminadas as pesquisas científicas, vêm se intensificando, resultando no aumento do número de estudos bibliométricos da área, porém a maioria deles se refere à contabilidade societária. Assim, fica evidenciada a necessidade de se examinar a produção científica voltada também para a contabilidade pública, tendo em vista a relevância do tema atualmente, nos quais o interesse da sociedade pelo gerenciamento e controle dos recursos públicos só aumenta (SOBREIRA *et al.*, 2020).

Ressalta-se, então, que o presente trabalho tem foco no estudo bibliométrico acerca da contabilidade aplicada ao setor público.

### 3 MÉTODO DE PESQUISA

Segundo Oliveira (2002), o método deriva da metodologia e aborda o conjunto de processos pelos quais se torna possível entender uma determinada realidade, desenvolver certos procedimentos ou comportamentos e ainda produzir determinado objeto, levando à identificação da forma pela qual se alcança determinado fim ou objetivo.

Nesse sentido, a presente seção apresenta e detalha os seguintes aspectos metodológicos para concretização deste trabalho: a tipologia da pesquisa, a amostra de pesquisa, a coleta de dados e o tratamento dos dados.

#### 3.1 Tipologia da pesquisa

Os estudos bibliométricos podem caracterizar-se como estudos qualitativos e/ou quantitativos, pois visam a catalogar, classificar, e quantificar os conhecimentos acerca de determinado assunto. Eles também podem ser conceituados como uma parte da ciência que, pela investigação das publicações científicas, objetiva elencar as principais características da comunicação científica pesquisada (SOBREIRA *et al.*, 2020).

Rodrigues *et al.* (2020) mostra que a pesquisa bibliométrica consiste em uma técnica capaz de medir a influência dos pesquisadores ou periódicos, permitindo traçar o perfil e tendências da produção científica em determinadas áreas temáticas.

Quanto aos objetivos, a pesquisa descritiva foi a utilizada para concretização desta pesquisa. O estudo descritivo, de acordo com Oliveira (2002, p. 114), “possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação”.

Quanto aos procedimentos, a realizada foi a pesquisa bibliográfica. A finalidade da pesquisa bibliográfica é conhecer as diversas formas de contribuição científica as quais se realizaram acerca de determinado assunto ou fenômeno. Geralmente, o procedimento bibliográfico é feito em bibliotecas públicas, universidades e, em especial, nos acervos integrantes de catálogo coletivo e bibliotecas virtuais (OLIVEIRA, 2002).

Por fim, quanto à natureza, fez-se uma pesquisa que apresenta caráter qualitativo, a qual Matias-Pereira (2012, p. 84) conceitua que:

a interpretação dos resultados obtidos pode ser feita por meio da inferência, que é um tipo de interpretação controlada. A inferência poderá se apoiar nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação, por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor.

Ou seja, a pesquisa qualitativa é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução, isto é, na inferência (MARCONI; LAKATOS, 2003).

### **3.2 Amostra de Pesquisa**

Considerando que a coleta de dados é a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 165), a presente seção visa ao detalhamento sobre os procedimentos adotados para a consecução da referida etapa de pesquisa.

A população da pesquisa compreende os estudos sobre contabilidade aplicada ao setor público, publicados no Congresso USP – *USP International Conference in Accounting*, durante os anos de 2020 e 2021. A seleção inicial dos artigos partiu da identificação e apuração de todos os trabalhos que faziam parte da seguinte área temática: Área V – Contabilidade Governamental e Terceiro Setor. Esse primeiro filtro resultou na identificação 63 trabalhos, sendo 48 publicados na referida área temática no ano de 2020 e 15 no ano de 2021.

A seleção dos artigos que compuseram a amostra foi operacionalizada a partir da identificação dos trabalhos que estivessem no âmbito da contabilidade pública. Para tanto, foi realizada leitura prévia do título, resumo e palavras-chave para primeira seleção dos trabalhos, de modo que ficassem na amostra de pesquisa apenas aqueles relacionados à contabilidade governamental. Assim, os trabalhos referentes ao Terceiro Setor, temática esta abrangida na área temática do congresso, apenas foram considerados para compor a amostra de pesquisa caso tivesse uma abordagem direta ou correlata à contabilidade pública.

Para evitar vieses na seleção da amostra, foram, então, excluídas as seguintes pesquisas: os trabalhos que não tratam especificamente sobre contabilidade pública; artigos que sejam estudos bibliométricos ou revisões sistemáticas.

Assim, após as exclusões, a amostra final desta pesquisa foi composta por 44 (quarenta e quatro) artigos, detalhada no Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – Seleção da amostra de pesquisa

<b>Ano do Congresso</b>	<b>Quantidade de artigos na Área V – Contabilidade Governamental e Terceiro Setor</b>	<b>Exclusões</b>	<b>Amostra Final</b>
2020	48 artigos	16 artigos	32 artigos
2021	15 artigos	03 artigos	12 artigos
Total	63 artigos	19 artigos	44 artigos

Fonte: dados de pesquisa.

Realizada a seleção dos artigos a serem analisados, foi feita a coleta e análise dos dados, conforme detalhamento fornecido na próxima subseção.

### 3.3 Coleta e tratamento dos dados

Para Marconi e Lakatos (2003), selecionar o instrumento metodológico está diretamente relacionado com o problema a ser estudado, isto é, a escolha dependerá de inúmeros fatores relacionados com a pesquisa, como a natureza dos fenômenos, o objeto de pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana, entre outros que possam surgir durante a investigação.

A coleta de dados foi realizada no sítio eletrônico do Congresso USP – *USP International Conference in Accounting* (<https://congressousp.fipecafi.org/>). Foram realizados os filtros necessários para se obter a amostra de trabalhos desejada para lograr êxito na consecução dos objetivos específicos do presente trabalho, ou seja, o período pesquisado compreendeu os anos de 2020 e 2021, dentro da área temática do congresso reservada para os artigos científicos ligados à Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor (área V).

A coleta de dados foi estruturada de modo a selecionar as informações contidas no Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 – Aspectos analisados

<b>Aspectos</b>	<b>Categorias de análise</b>
Perfil dos autores	1. Quantidade de autores por artigo 2. Vinculação (instituição de ensino) 3. Naturalidade (estado)
Aspectos metodológicos	1. Natureza 2. Procedimentos 3. Objetivos
Temáticas pesquisadas	Principais temáticas pesquisadas pelos autores no âmbito da contabilidade aplicada ao setor público

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além disso, no tocante aos aspectos metodológicos, considerou-se para compor a amostra de pesquisa apenas os artigos nos quais seus autores declararam expressamente a tipologia do trabalho, ou seja, as classificações quanto à natureza, aos procedimentos e aos objetivos.

Conforme os ensinamentos de Marconi e Lakatos (2003), foi realizada uma análise quantitativa, por meio da tabulação dos dados coletados no endereço eletrônico mencionado acima, utilizando-se o *software* Microsoft Excel 2016. A referida análise buscou evidenciar, através de estatística descritiva, os dados coletados, conforme exposto no Quadro 6.

Dessa forma, após a coleta da amostra e o tratamento dos dados analisados, a seção a seguir evidencia os resultados do presente trabalho.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados da coleta de dados, conforme o método de pesquisa exposto na seção anterior.

Com base nos aspectos analisados, criou-se categorias de análise dentro de tais aspectos para refletir os resultados alcançados, de modo a lograr êxito nos objetivos desta pesquisa.

### 4.1 Perfil dos autores

Para analisar o perfil dos autores dos trabalhos que compõem a amostra de pesquisa, foram coletadas as informações de quantidade de autores por artigo, a que instituição o autor estava vinculado quando da publicação do artigo e o estado federativo desta instituição.

Assim, com base no objetivo específico desta pesquisa de traçar o perfil dos autores que publicaram pesquisas na área de contabilidade aplicada ao setor público no Congresso USP *International Conference in Accounting*, estes autores foram seccionados de acordo com o ano de produção e com os trabalhos que produziram, a fim de demonstrar percentualmente a incidência de cada categoria analisada.

O perfil dos autores foi analisado a partir da identificação da quantidade de autores por artigo, detalhado pelos seus gêneros, além da distribuição de autores por trabalho, sua instituição de vínculo e a região do país no qual os autores pertenciam.

Com base nos dados de pesquisa, pode-se identificar que os 12 artigos que compuseram a amostra do ano de 2021 possuíam 34 autores, dos quais 14 são do sexo feminino, representando 41,17% do total, enquanto 20 são do sexo masculino, complementando os 58,83% restantes, o que demonstra a predominância masculina no ano analisado.

Os 32 artigos que compuseram a amostra do ano de 2020 possuíam 93 autores, dos quais 38 são do sexo feminino, representando 40,86% do total, enquanto 55 são do sexo masculino, complementando os 59,14% restantes, o que demonstra a predominância masculina também no ano de 2020.

Com o objetivo de facilitar a visualização das informações apuradas, a Tabela 1 apresenta, então, a distribuição dos autores de acordo com o gênero:

Tabela 1 – Autores por gênero

<b>Gênero</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Feminino	38	40,86%	14	41,17 %	52	40,95%
Masculino	55	59,14%	20	58,83 %	75	59,05%
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100%</b>	<b>34</b>	<b>100%</b>	<b>127</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

A participação feminina na autoria dos trabalhos que compuseram a amostra ficou, então, em torno de 40%, ou seja, apesar de em 2020 a quantidade de autores ter sido mais do que o dobro de 2021, percebe-se que a proporcionalidade entre os gêneros se manteve constante.

Com o objetivo de identificar a distribuição dos autores entre os trabalhos que compuseram a amostra, foi realizada análise acerca da quantidade de autores por artigo em cada ano analisado, conforme detalhamento realizado na Tabela 2:

Tabela 2 – Autores por artigo

<b>Quantidade de Autores por artigo</b>	<b>Qtde. de trabalhos em 2020</b>	<b>%</b>	<b>Qtde. de trabalhos em 2021</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Um autor	1	3,13%	1	8,33%	2	4,55%
Dois autores	11	34,37%	5	41,67%	16	36,36%
Três autores	10	31,25%	2	16,67%	12	27,27%
Quatro autores	10	31,25%	3	25,00%	13	29,55%
Cinco autores	0	0%	1	8,33%	1	2,27%
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>	<b>12</b>	<b>100%</b>	<b>44</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com a quantidade de autores apurada (Tabela 1), bem como a quantidade de trabalhos analisada, percebe-se que, em média, havia 3 autores por artigo. Além disso, por meio da Tabela 2, pode-se perceber que a maior parte dos artigos possuía dois autores, ou seja, 34,37% da amostra (11 trabalhos) em 2020 e 41,67% em 2021 (5 trabalhos), totalizando 16 trabalhos, o que representa 36,36% do total de artigos analisados.

Em 2020, foi possível identificar que os trabalhos com três e quatro autores apresentaram a mesma participação percentual, ambos com 10 trabalhos, representando 62,50% do total do referido ano. Em 2021, por outro lado, houve uma redução de trabalhos publicados com três ou quatro autores, que representaram, juntos, 41,67% dos trabalhos. Em contraponto, houve um aumento na proporção de trabalhos com um ou dois autores, que, em 2021, alcançaram 50% da amostra.



Em relação aos artigos com um autor ou com cinco autores, a representatividade foi baixa em ambos os anos, tendo em 2020 apenas um artigo com um autor e nenhum artigo com cinco autores, enquanto, em 2021, havia 2 (um artigo com 1 autor e um com 5 autores), representando juntos cerca de 16,66% do total. Portanto, essas categorias somam 3 artigos em ambos os anos, os quais representam 6,82% do total da amostra.

Além disso, também foi analisada a quantidade de autores por instituição de vínculo, cujo detalhamento foi apresentado na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Autores por instituição de vínculo

Instituição	Qtde. de autores em 2020	%	Qtde. de autores em 2021	%	Total	%
UFC	6	6,45%	1	2,94%	7	5,51%
UFU	2	2,15%	2	5,88%	4	3,15%
UFRS	3	3,23%	2	5,88%	5	3,94%
UFPB	2	2,15%	2	5,88%	4	3,15%
UFPE	13	13,98%	0	0,00%	13	10,24%
UFSC	5	5,38%	2	5,88%	7	5,51%
USP	11	11,83%	3	8,82%	14	11,02%
UFViçosa	2	2,15%	1	2,94%	3	2,36%
Demais	49	52,68%	21	61,76%	70	55,12%
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100%</b>	<b>34</b>	<b>100%</b>	<b>127</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Devido à grande dispersão dos autores entre as instituições de vínculo, a tabela acima listou as instituições cuja participação total de autores foi superior a 3 e, por isso, apenas 8 instituições foram detalhadas na Tabela 3.

Através da análise da referida tabela é possível identificar que mais da metade dos autores estão vinculados a instituições não comuns aos anos de 2020 e 2021 ou a instituições com menos de dois autores comuns em 2020 e 2021. A diversidade de instituições dos autores que publicaram artigos sobre contabilidade pública pode evidenciar, então, uma grande diversidade de pessoas e, conseqüentemente, conhecimentos e culturas.

É possível ainda destacar que algumas instituições se mantiveram com a quantidade de autores igual ou com uma variação baixa de 2020 para 2021, como é o caso da UFU, UFRS e UFPB, por exemplo. Proporcionalmente, no entanto, a participação de tais instituições aumentou, dado o fato de que, em 2021, a quantidade de trabalhos foi menor.

Além disso, faz-se necessário destacar que outras instituições tiveram sua participação reduzida entre os anos analisados. Este é o caso da UFC, que diminuiu de 6 para 1 autor; da UFPE, com 13 autores em 2020 e nenhum em 2021; e da USP, que variou de 11 para 3 autores. Todas essas reduções foram tanto nominais quanto percentuais. No entanto, a USP continuou a ser uma das instituições com maior quantidade de autores no congresso em questão.

Além da análise das instituições de vínculo dos autores, fez-se necessário, ainda, identificar a que regiões eles pertencem. Por isso, a Tabela 4 mostra a quantidade de autores por região:

Tabela 4 – Autores por região

<b>Região</b>	<b>Qtde. de autores em 2020</b>	<b>%</b>	<b>Qtde. de autores em 2021</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Norte	3	3,22%	0	0,00%	3	2,36%
Nordeste	34	36,55%	12	35,29%	46	36,22%
Centro-Oeste	9	9,67%	4	11,76%	13	10,24%
Sudeste	25	26,88%	12	35,29%	37	29,13%
Sul	22	23,65%	6	17,64%	28	22,05%
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100%</b>	<b>34</b>	<b>100%</b>	<b>127</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, pode-se verificar que a região de origem dos autores predominante em 2020 foi o Nordeste, com 36,55% do total, ainda que haja expressiva quantidade de autores oriundos das regiões Sudeste e Sul, com 26,88% e 23,65%, respectivamente. Percebe-se, em relação às regiões Centro-Oeste e Sudeste, uma evolução percentual na quantidade de autores, respectivamente, 2,09% e 8,41% a mais de 2020 para 2021; já em relação às regiões Norte, Nordeste e Sul, verifica-se uma queda percentual dessa quantidade, sendo a mais expressiva na região Sul, com uma diminuição de 6,01%.

Apesar da prevalência de trabalhos da região Nordeste, vale destacar que o eixo Sul-Sudeste é relevante, haja vista que 51,18% dos artigos publicados em 2020 e 2021 são de autores pertencentes a essas regiões.

Ao analisar ambos os anos em conjunto, percebe-se que os autores nordestinos são os mais atuantes no congresso, ficando os autores da região centro-sul em segundo lugar e os autores da região Norte apresentando o menor percentual de participação. Tal achado gera um alerta para se criar maiores incentivos às suas

participações e contribuições para enriquecimento dos conhecimentos difundidos no congresso.

A próxima subseção tratará dos aspectos metodológicos identificados nos artigos, de modo a evidenciar suas classificações quanto à natureza, aos procedimentos, e aos objetivos.

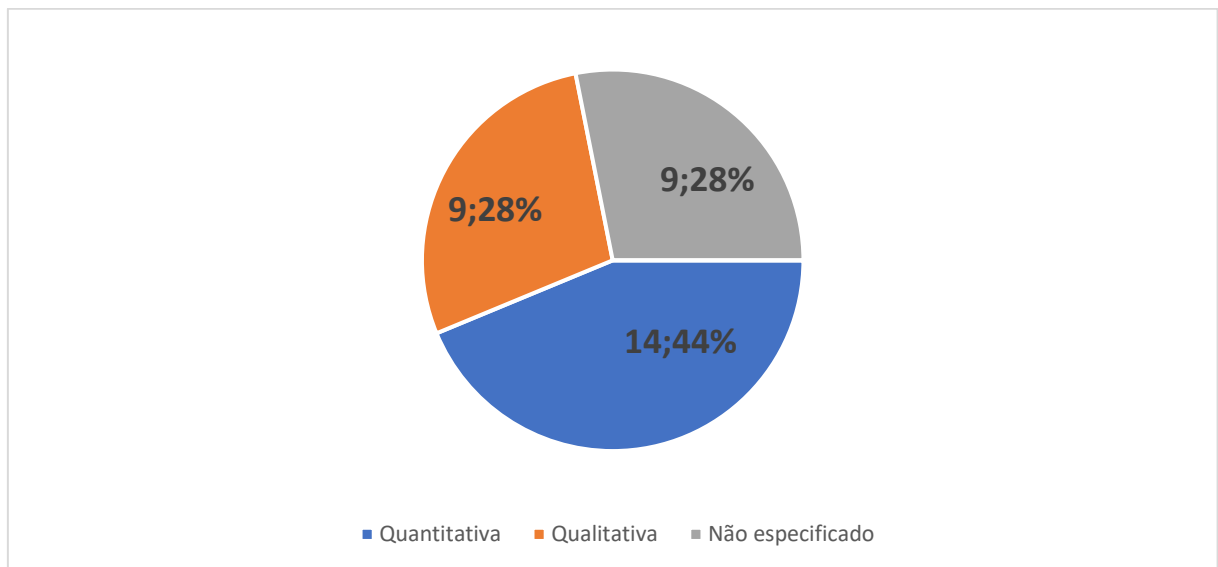
## 4.2 Aspectos metodológicos

Para analisar os aspectos metodológicos dos trabalhos que compõem a amostra de pesquisa, foram coletadas as informações de tipologia de pesquisa quanto à natureza, aos procedimentos e aos objetivos.

Assim, com base no segundo objetivo específico desta pesquisa de identificar os principais aspectos metodológicos dos artigos voltados à contabilidade pública, presentes no congresso USP.

No tocante à classificação quanto à natureza em relação aos trabalhos publicados em 2020, o Gráfico 1 demonstra a divisão percentual:

Gráfico 1 - Classificação quanto à natureza dos artigos publicados em 2020



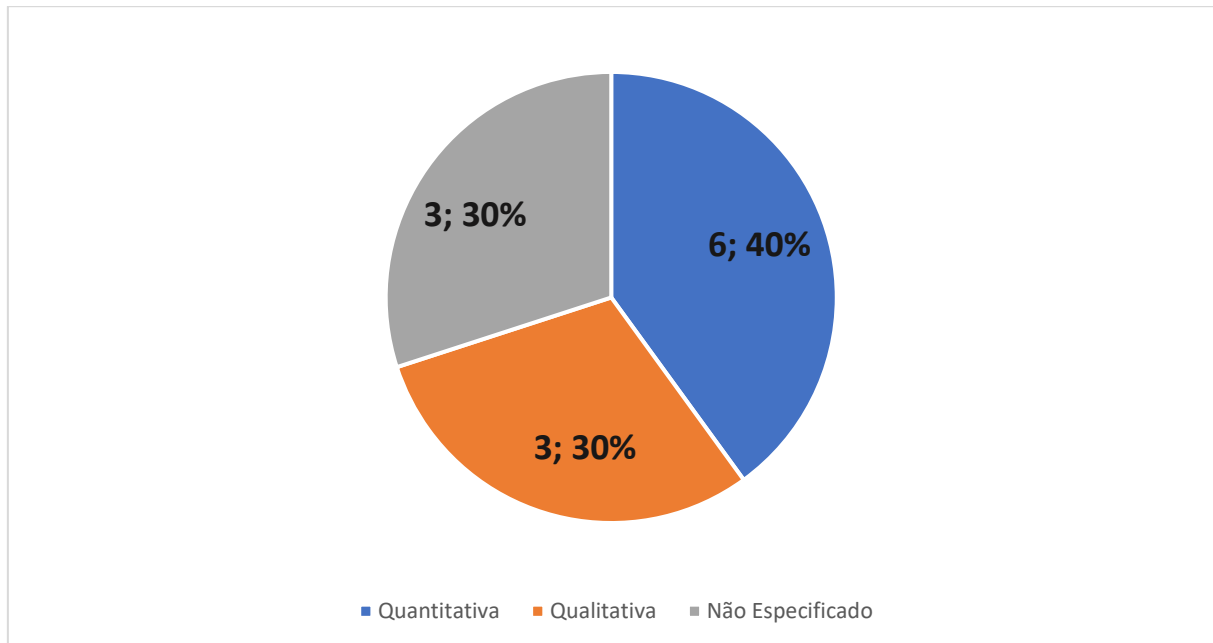
Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos 32 trabalhos presentes na amostra de pesquisa do ano de 2020, verifica-se que 14 são de natureza quantitativa, representando 44% do total, enquanto 9 (28%) são de natureza qualitativa e 9 (28%) não especificaram a natureza da

pesquisa. Assim, é identificada a predominância de pesquisas de natureza quantitativa neste ano.

O Gráfico 2, por sua vez, apresenta a divisão percentual da classificação quanto à natureza em relação aos trabalhos publicados em 2021:

Gráfico 2 – Classificação quanto à natureza dos artigos publicados em 2021



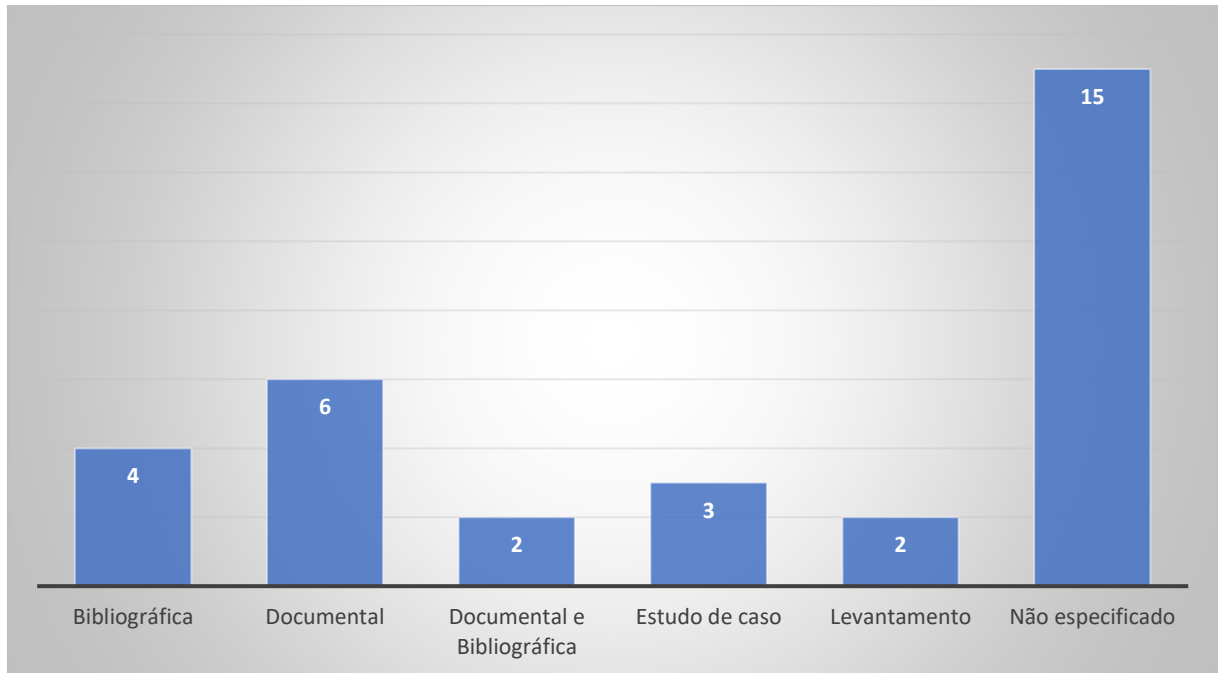
Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos 12 trabalhos presentes na amostra de pesquisa do ano de 2021, verifica-se que 6 são de natureza quantitativa, representando 50% do total, enquanto 3 são de natureza qualitativa e 3 são de natureza não especificada, o que demonstra a predominância da natureza quantitativa no ano analisado.

Da mesma forma que ocorreu em 2020, os autores elaboraram trabalhos mais voltados para a natureza quantitativa. No entanto, destaca-se que uma parcela da amostra não apresentou, de forma clara e direta, a classificação do trabalho quanto à sua natureza. Ao se observar o quantitativo dos dois períodos em conjunto, percebe-se comportamento similar ao que foi identificado em cada ano em separado.

Em relação à classificação quanto aos procedimentos em 2020, o Gráfico 3 mostra a quantidade de artigos da classificação quanto aos procedimentos em relação aos trabalhos publicados nesse ano:

Gráfico 3 – Classificação quanto aos procedimentos dos artigos publicados em 2020



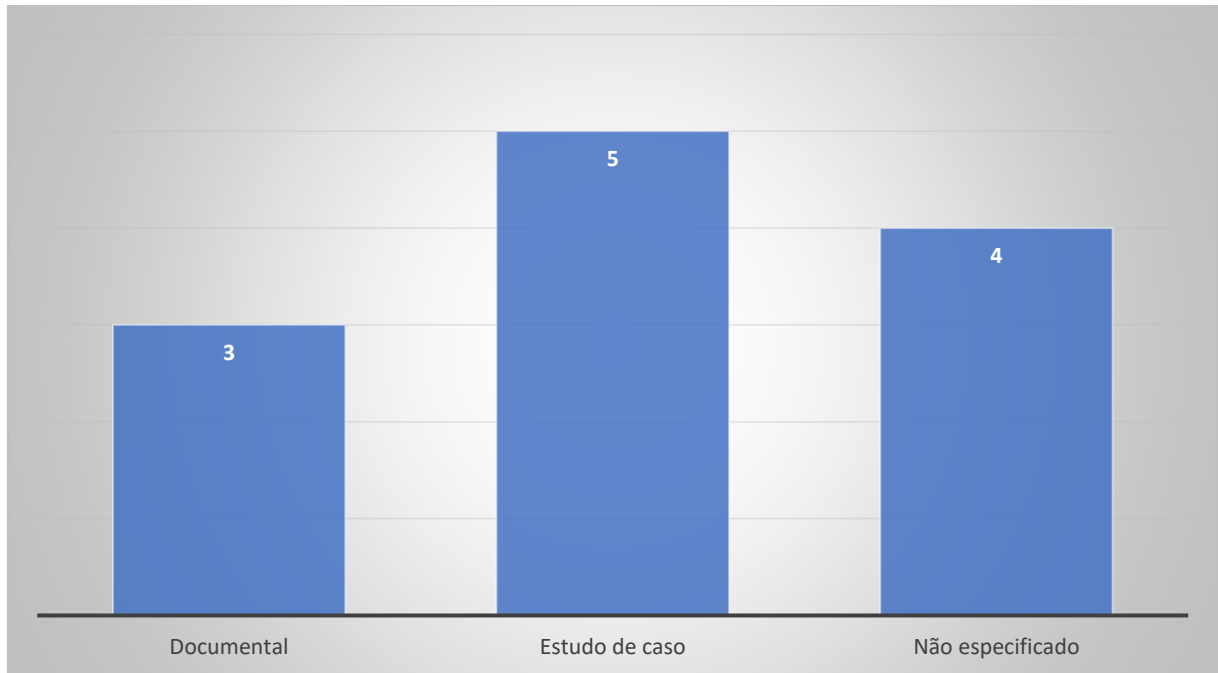
Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se, a partir do Gráfico 3, que houve um elevado número de trabalhos não especificado quanto aos seus procedimentos metodológicos, isto é, quase metade (46,87%) dos artigos não expuseram claramente essa informação. Quanto aos trabalhos cujos procedimentos metodológicos foram expostos claramente, nota-se que a pesquisa documental atingiu o maior percentual, a saber 18,75%, o que representa em números inteiros a quantidade de 6 artigos; em segundo lugar, restou a pesquisa bibliográfica, com 12,5% dos artigos, representando 4 artigos; por fim, os que apresentaram menor incidência foram os trabalhos que utilizaram as metodologias documental e bibliográfica, estudo de caso e levantamento, respectivamente, com 6,25%, 9,37% e 6,25%.

Destaca-se, no entanto, que os artigos apresentam classificação quanto aos procedimentos mais variada do que a verificada no ano seguinte, conforme exposto no Gráfico 4. Isso pode ter ocorrido devido a menor quantidade de trabalhos publicada no ano de 2020.

Nesse sentido, as informações sobre a caracterização das pesquisas da amostra relativas ao ano de 2021 no que diz respeito aos procedimentos adotados são, então, detalhadas no Gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4 - Classificação quanto aos procedimentos dos artigos publicados em 2021



Fonte: Elaborado pelo autor.

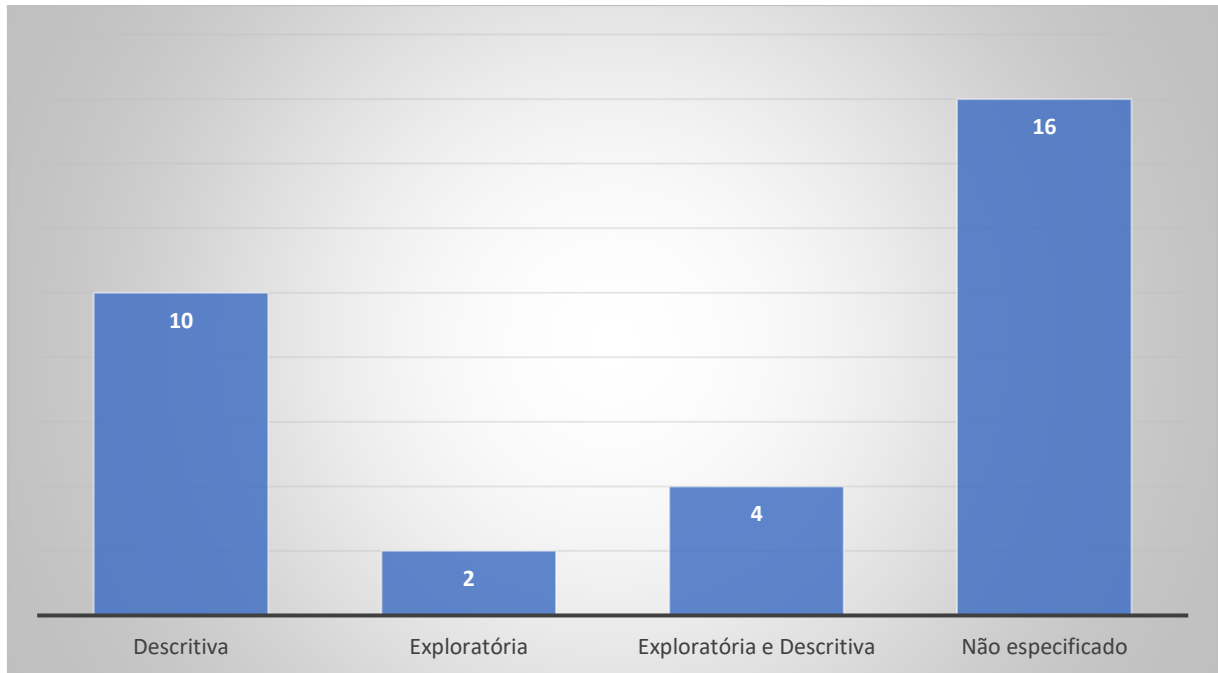
Percebe-se, ao analisar o Gráfico 4, que houve um menor percentual de incidência de trabalhos com a metodologia não especificada (porém, ainda expressiva), tendo em vista que, em 2020, 46,87% dos trabalhos não especificaram sua classificação quanto aos procedimentos e, em 2021, esse percentual caiu para 33,33%. Isso representa, então, uma evolução nesse sentido em relação a 2020, tendo em vista que a elaboração detalhada de uma metodologia facilita bastante a compreensão do leitor.

Além disso, percebe-se que, dos trabalhos publicados em 2021, a maioria (5 de 12) corresponde a estudos de caso, representando 41,66% do total de artigos, enquanto 3 são documentais, que correspondem a 25% dos trabalhos do referido ano.

Dessa forma, então, dos 44 trabalhos que compõem a amostra, 18,18% representam estudos de caso, enquanto 20,45% representam pesquisas documentais. O restante (38,63%) representa as pesquisas bibliográficas, documentais e bibliográficas, levantamentos e as não especificadas.

O último aspecto analisado, a classificação quanto aos objetivos, é demonstrado pelo Gráfico 5, o qual evidencia a quantidade de artigos dessa classificação em relação aos trabalhos publicados em 2020:

Gráfico 5 – Classificação quanto aos objetivos dos artigos publicados em 2020



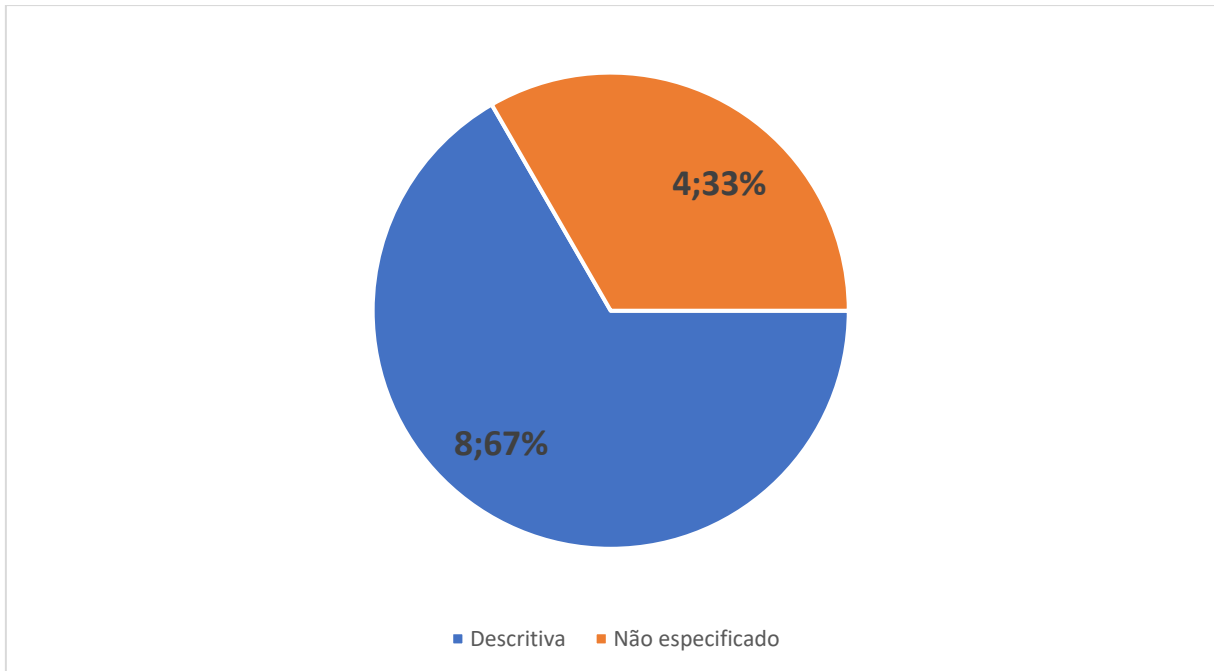
Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se que a metodologia descritiva é a mais expressiva, entre as que foram especificadas nos trabalhos analisados, representando 31,25% do total, enquanto as metodologias exploratória e exploratória e descritiva representam apenas 18,75%. Destaca-se novamente a alta incidência de trabalhos que não especificaram classificação quanto à metodologia, que neste caso representa 50% dos artigos, similar ao ocorrido no mesmo ano em relação à classificação quanto aos procedimentos.

Por outro lado, também é necessário evidenciar que, no ano de 2020, houve maior diversidade da classificação dos trabalhos quanto aos procedimentos, haja vista que foram identificados trabalhos descritivos, exploratórios e descritivos e exploratórios – aspecto este diferente do ocorrido no ano de 2021. Tal evidência também foi verificada nos achados referentes à classificação quanto aos procedimentos, conforme relatado anteriormente.

No tocante ao ano de 2021, o Gráfico 6 mostra a quantidade de artigos dessa classificação em relação aos trabalhos publicados nesse ano:

Gráfico 6 - Classificação quanto aos objetivos dos artigos publicados em 2021



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 6 demonstra um percentual expressivo para os trabalhos descritivos, ou seja, 67% do total, enquanto os demais 33% são trabalhos com objetivos não especificados, o que demonstra que, nesse aspecto, os autores do ano de 2021 foram mais didáticos e cuidadosos em especificar essa parte da metodologia, facilitando o entendimento dos leitores e fortalecendo a clareza e objetividade dos trabalhos.

Dessa forma, dos 44 trabalhos que compõem a amostra, 40,91% representam pesquisas descritivas, enquanto 13,64% representam pesquisas exploratórias ou exploratórias e descritivas. O restante (45,45%) representa as pesquisas não especificadas quanto aos objetivos.

Assim, ao se comparar os aspectos metodológicos, vê-se que os autores a possuem, de maneira generalista, uma grande propensão a não explicar de forma clara e direta a metodologia utilizada, dificultando ainda mais a identificação por parte dos leitores mais leigos, o que pode gerar uma falha na comunicação e a possibilidade de diversas interpretações sobre o método de pesquisa.

A próxima subseção tratará da análise das temáticas pesquisadas nos artigos que compuseram a amostra deste trabalho, de modo a identificar as temáticas relacionadas à contabilidade aplicada ao setor público de maior incidência.



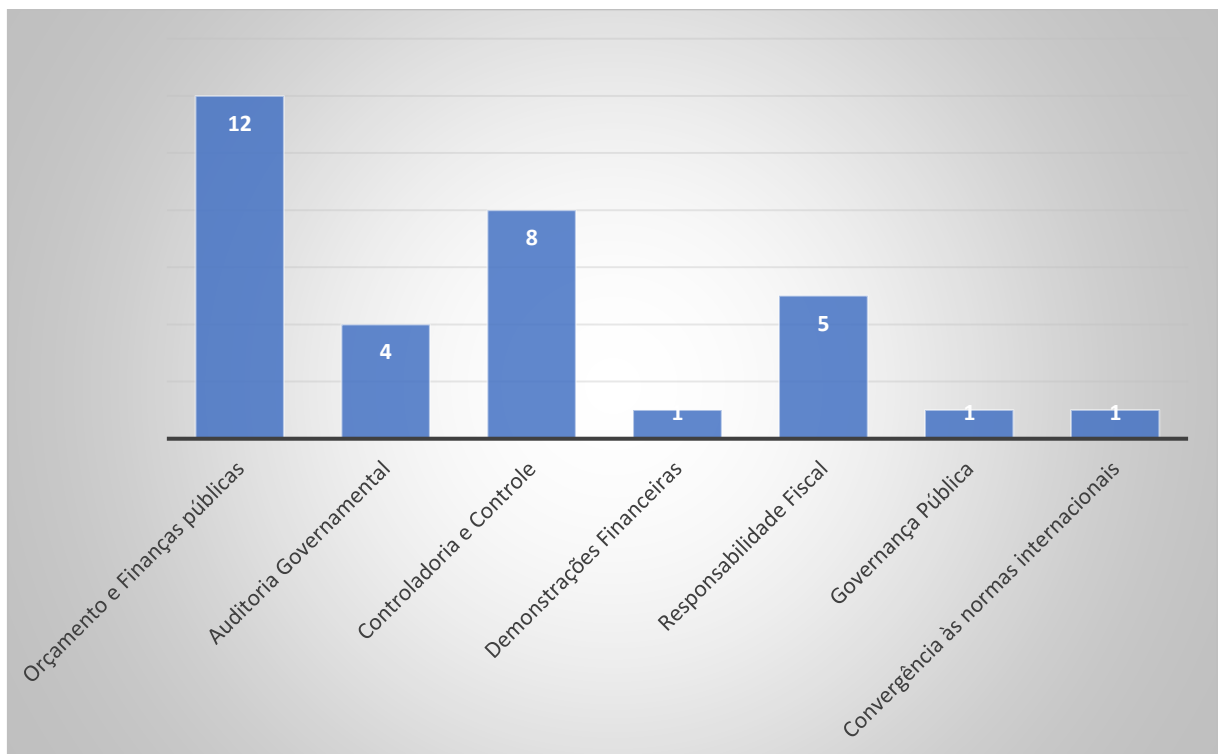
### 4.3 Temáticas pesquisadas

Para analisar as temáticas pesquisadas e correlatas à contabilidade aplicada ao setor público dos trabalhos que compõem a amostra de pesquisa, foram coletadas as informações da pesquisa no tocante aos seus objetivos gerais e específicos.

Assim, com base no objetivo específico desta pesquisa de identificar as temáticas relacionadas à contabilidade aplicada ao setor público de maior incidência no período pesquisado no congresso USP, estes artigos científicos foram seccionados de acordo com o ano de produção, título do trabalho e temática pesquisada, a fim de demonstrar percentualmente a incidência de cada aspecto analisado.

O Gráfico 7 mostra a quantidade de trabalhos das temáticas pesquisadas nos artigos publicados em 2020:

Gráfico 7 – Temáticas pesquisadas nos trabalhos publicados no ano de 2020



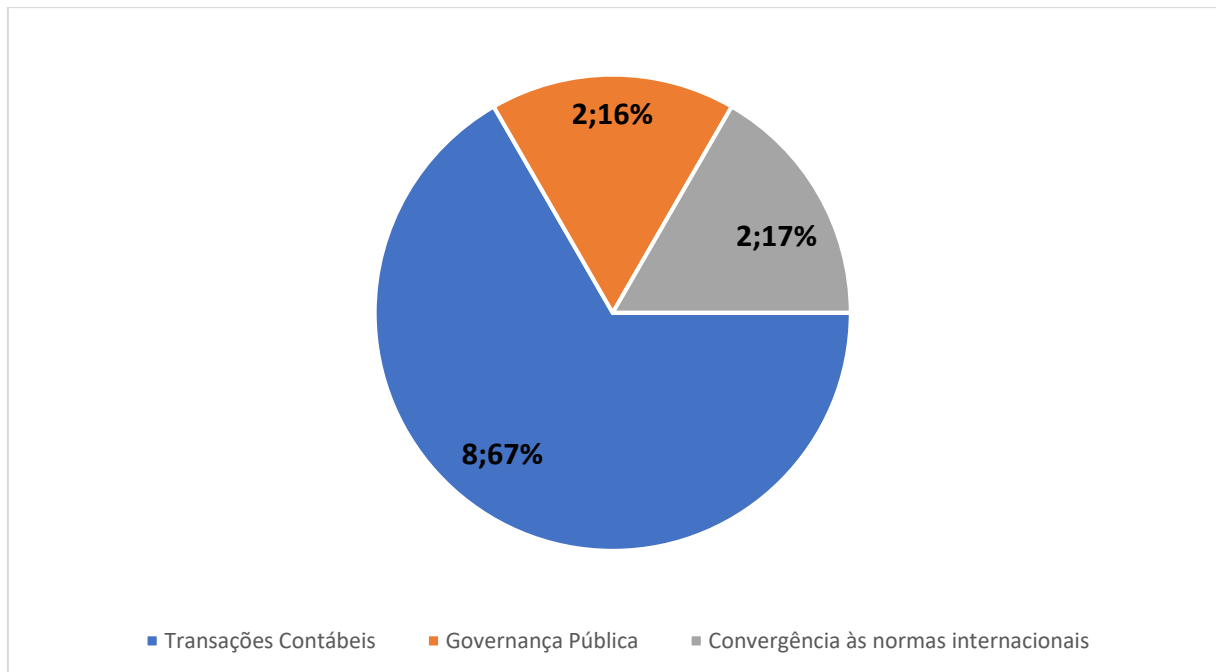
Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos 32 trabalhos analisados em 2020, verificou-se que há uma vasta diversidade de temas, dispersos entre 7 categorias relevantes da contabilidade

aplicada ao setor público. A mais recorrente foi a temática de orçamento e finanças públicas, representando 37,5% do total de trabalhos; em seguida tem-se a temática voltada à controladoria e ao controle (interno e externo) da Administração Pública, temática bastante exposta na atualidade e com elevada relevância social, a qual representa 25%, isto é, 8 artigos. Outras temáticas que se destacaram são auditoria governamental e responsabilidade fiscal, com 28,12% de representatividade, e que trazem a perspectiva de as organizações públicas terem o dever de cumprir as obrigações legais e normativas a fim de prestarem conta aos cidadãos (especialmente). Assim, para compor os 9,37% restantes, identificou-se 3 trabalhos com a abordagem dos temas demonstrações financeiras, governança pública e convergência às normas internacionais.

O Gráfico 8 demonstra a divisão percentual das temáticas pesquisadas nos trabalhos publicados em 2021:

Gráfico 8 – Temáticas pesquisadas nos trabalhos publicados no ano de 2021



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos 12 trabalhos analisados em 2021, verificou-se que mais de 60% estão relacionados ao tema de transações contábeis aplicadas ao setor público, com 8 dos 12 artigos dessa amostra, evidenciando a predominância desse tema; enquanto outros 4 trabalhos são relacionados ao tema de governança pública e ao tema de

convergência às normas internacionais de contabilidade, com 16% e 17%, respectivamente.

Portanto, é possível constatar que o ano de 2020 apresentou uma diversidade de temas bastante superior ao ano de 2021, ou seja, houve uma diminuição de 4 variedades de temas de um ano para o outro. Ressalta-se ainda que duas temáticas foram comuns a ambos os anos: governança pública e convergência às normas internacionais de contabilidade, sinalizando que os estudiosos da área de contabilidade pública entendem como essenciais tais abordagens.

Além disso, também merece destaque o crescimento numérico e proporcional de artigos relacionados à temática de convergência às normas internacionais de contabilidade, que aumentou em 100% a produção, em 2021. Portanto, é primordial o aprofundamento dos estudos sobre essa convergência, pois a tendência é que a contabilidade pública deixe de ser focada em aspectos legais e orçamentários e passe a ser focada em aspectos contábeis e patrimoniais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho pretendeu investigar as características dos artigos científicos no Congresso USP – USP *International Conference in Accounting* sobre contabilidade aplicada ao setor público no período de 2020 a 2021, atingido através de coleta, tratamento e análise de dados que mostrou a diversidade de áreas ligadas à contabilidade pública que foram abordadas, indicando a origem dos autores dos artigos, os principais aspectos metodológicos utilizados e as temáticas de maior incidência.

Quanto aos objetivos específicos, foi realizada uma pesquisa minuciosa em diversas fontes, como livros, monografias, artigos científicos, endereços eletrônicos – especialmente o portal do congresso –, para assim lograr êxito em demonstrar os principais aspectos relacionados ao perfil dos autores, aos aspectos metodológicos e as principais temáticas abordadas dentro do campo da contabilidade aplicada ao setor público.

Em relação ao primeiro objetivo específico de traçar o perfil dos autores que publicaram pesquisas na área de contabilidade aplicada ao setor público no Congresso USP dos anos de 2020 e 2021, de um modo geral, verifica-se que mais de 50% deles é do sexo masculino, porém com uma expressiva participação feminina, com uma média de 3 autores por artigo, vinculados às mais variadas instituições, dispersas por todo o país, sendo predominantemente oriundos das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

No tocante ao segundo objetivo específico, identificar os principais aspectos metodológicos dos artigos voltados à contabilidade pública, presentes no Congresso USP dos anos analisados, foi identificado que os trabalhos apresentam, predominantemente, quanto à natureza, maior utilização da abordagem quantitativa, porém com uma participação ainda considerável das demais abordagens; já quanto aos procedimentos tem-se a mesma perspectiva, ou seja, predominância da abordagem documental, sem desconsiderar as demais; e, por fim, quanto aos objetivos, nota-se que há uma expressiva utilização das abordagens exploratória e descritiva, mas também um percentual elevado de trabalhos com esse aspecto não especificado.

Quanto ao terceiro e último objetivo específico, identificar as temáticas relacionadas à contabilidade aplicada ao setor público de maior incidência no período

pesquisado, foi possível perceber que governança pública e convergência às normas internacionais de contabilidade, que são assuntos críticos na atualidade, foram priorizadas no congresso de ambos os anos, demonstrando que os autores têm consciência da relevância de tais assuntos para o campo da contabilidade pública, tendo em vista os trabalhos densos e aprofundados que foram produzidos.

Ao analisar mais profundamente os resultados apurados, é necessário destacar que a produção científica de 2020 para 2021 sofreu uma diminuição, o que reforça a ideia de se estimular os pesquisadores de todas as regiões do país a entender a relevância dos resultados que seus trabalhos promovem à comunidade acadêmica e social, de modo que merece um destaque o fato dessa não adesão e mais ainda a disparidade de artigos publicados entre os anos analisados.

Outro ponto que merece destaque é o vasto conteúdo que a contabilidade aplicada ao setor público engloba, que foi mais bem explorado em 2020, conforme relato acima, por isso além de estimular os pesquisadores a produzirem mais artigos nessa área, deve-se incentivar a explorar mais o seu campo de estudo de modo a difundir esse conhecimento para a sociedade, a qual é o usuário principal das informações inerentes ao Estado.

Com isso, constatou-se a relevância do estudo bibliométrico, pois se visualiza todo o panorama de estudos realizados dentro de uma temática específica, a tendência de abordagens dos autores e as características gerais das publicações, o que possibilita uma análise apurada do conteúdo desses trabalhos e, conseqüentemente a carência de pesquisas em outras áreas ligadas à temática analisada. Dessa forma, é possível investir na produção de artigos voltados a atender essas carências e fornecer, assim, o que os usuários dessas informações almejam tomar ciência para subsidiar suas decisões.

Por fim, dentre as limitações do presente estudo, destaca-se o período de análise dos trabalhos da área temática do congresso em análise, que compreendeu apenas os anos de 2020 e 2021. A análise em período superior pode, então, fornecer maiores evidências sobre o panorama das publicações acerca da contabilidade aplicada ao setor público e, portanto, traçar tendências de pesquisa.

Outra limitação da presente pesquisa reside nas unidades de análise empregadas para extração das informações dos trabalhos que compuseram a amostra: foram consideradas apenas as classificações indicadas pelos autores nos trabalhos. Dada a não obrigatoriedade de esclarecer tais classes na redação de um

estudo científico, é relevante ressaltar que a identificação delas através da análise dos pesquisadores pode ser realizada em estudos futuros de modo a enriquecer ainda mais a discussão sobre o panorama das pesquisas publicadas na área.

Dessa forma, como sugestão para novos estudos, é válido recomendar que se estude a fundo a evolução anual das temáticas abordadas, ou seja, se está sendo aprofundado o estudo dentro do campo da contabilidade aplicada ao setor público, bem como investigar a titulação dos autores dos trabalhos, destacando a conclusão ou não dessas titulações na época de publicação do artigo, e a área dessa titulação. Além disso, é possível o enfoque em temáticas específicas, como o estudo acerca da responsabilidade fiscal do Estado, tendo em vista que a população está cada vez mais ciente de seu papel de controle e cobra maior transparência nesse sentido dos gestores públicos, visando sempre ao recebimento de informações úteis, relevantes e fidedignas.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm). Acesso em: 15 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 15 fev. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Normas Brasileiras Contábeis Técnicas Aplicadas ao Setor Público: NBC TSP Estrutura Conceitual**. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em: 14 set. 2021.

FABRE, Valkyrie Vieira; BONFANTE, Ernani Augusto. Produção científica sobre Contabilidade Pública: Estudo bibliométrico dos últimos 10 Anos. **XIV Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade**. 2017. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/17UspInternational/ArtigosDownload/340.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

FREITAS, M. L. G.; POP, Bárbara. Contabilidade pública no Brasil: um estudo bibliométrico (2010-2015). **Revista Científica da AJES**. 2017. Disponível em: <https://www.revista.ajes.edu.br/index.php/rca/article/view/2>. Acesso em: 18 nov. 2021.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 18 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

LIPARINI, S. A.; BALDISSERA, J. F. Tecnologia da informação e contabilidade pública: uma análise bibliométrica. **RIC- Revista de Informação Contábil - ISSN 1982-3967 - Vol. 13, no 1, p. 1-23, Jan-Mar 2019**. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?q=%22contabilidade+p%C3%BAblica%22+estudo+bibliom%C3%A9trico&hl=pt-BR&lr=lang\\_pt&as\\_sdt=0%2C5&as\\_ylo=2015&as\\_yhi=2020](https://scholar.google.com.br/scholar?q=%22contabilidade+p%C3%BAblica%22+estudo+bibliom%C3%A9trico&hl=pt-BR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&as_ylo=2015&as_yhi=2020). Acesso em: 31 mar. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUZ JUNIOR, Maucir. FARIAS, Laís de Andrade. SAUBERLICH, Rogério. AZEREDO, Abel Dionizio. Análise bibliométrica do desenvolvimento de estudos acerca da contabilidade pública. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, V.14, nº 4, p. 23-38. TRI IV 2020. ISSN 1980-7031.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PACELLI, Giovanni. **Contabilidade Pública 3D.** 4 ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

RODRIGUES, G. O.; ANTUNES, M. C.; MOREIRA, C. R.; SALES, E. S.; ANTUNES, J. Governança aplicada ao setor público: um estudo bibliométrico dos últimos cinco anos. **IGepec**, Toledo, v. 24, n.2, p.11-29, jul. e dez. 2020.

ROZA, Mariana Costa da; MACHADO, Débora Gomes; QUINTANA, Alexandre Costa. Análise bibliométrica da produção científica sobre contabilidade pública no Encontro de Administração Pública e Governança (ENAPG) e na Revista de Administração Pública (RAP), no período 2004-2009. **Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande.** 2011. Disponível em: <http://200.19.254.174/handle/1/5344>. Acesso em: 13 set. 2021.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL (STN). **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).** 8 ed. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>. Acesso em: 14 set. 2021.

SOBREIRA, K. R.; TEODOSIO, I. R. M.; CABRAL, A. C. de A.; SANTOS, S. M. dos. Tax Avoidance: Uma análise das publicações científicas nacionais. **6º Congresso UnB de contabilidade e governança.** 2020. Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/ccgunb/ccgunb6/rt/captureCite/22861/0>. Acesso em: 31 mar. 2022.

SILVA, F. Q.; SANTOS, E. B. A.; BRANDÃO, M. M.; VILS, L. Estudo bibliométrico: orientações sobre sua aplicação. **Revista Brasileira da Marketing.** v.15. n.2. pp. 246-262, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471755312008.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.